



XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXII ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT-12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

**DA REDUÇÃO À PLURALIDADE: REFLEXÕES SOBRE A DESCOLONIZAÇÃO DO DOMÍNIO DA
INDUMENTÁRIA**

***FROM REDUCTION TO PLURALITY: REFLECTIONS ON THE DECOLONIZATION OF CLOTHING
DOMAIN***

Ana Isabel Ferreira Wanderley. UFPB.

Gracy Kelli Martins. UFPB.

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: Este trabalho apresenta uma discussão acerca dos pressupostos teóricos e epistemológicos para a organização/representação do domínio atinente à indumentária que prevejam o reconhecimento e a inserção das múltiplas narrativas que envolvem a concepção, o uso e a comunicação desses constructos sociais, culturais e informacionais. Para isso, a partir de uma investigação exploratória e bibliográfica, sob o respaldo da abordagem qualitativa, reflete-se sobre as aproximações entre a Organização do Conhecimento e as vias epistêmicas alternativas, como a decolonialidade e o enfoque da interculturalidade. Destarte, à luz da propositura de Natália Cardona (2020) referente à interculturalidade na Ciência da Informação, debate-se sobre algumas abordagens para a Análise de Domínio, sob o ponto de vista de Hjørland (2002), e sobre a propositura desclassificatória de García Gutiérrez (2011) como uma possibilidade de identificar os matizes que representam o domínio atinente à indumentária. Conclui-se que uma visão intercultural e decolonial municia teorias e procedimentos que cooperam com a análise do domínio da indumentária sob uma tônica dinâmica, flexível, crítica e inclusiva.

Palavras-chave: Indumentária. Organização do Conhecimento. Análise de Domínio. Decolonialidade.

Abstract: This work presents a discussion about the theoretical and epistemological assumptions for the organization/representation of the domain related to clothing that provide for the recognition and insertion of multiple narratives that involve the conception, use and communication of these social, cultural and informational constructs. For this, from an exploratory and bibliographic investigation, supported by a qualitative approach, it reflects on the approximations between the Knowledge Organization and alternative epistemic ways, such as decoloniality and the approach of interculturality. Therefore, in the light of Natália Cardona's (2020) proposal regarding interculturality in Information Science, discusses some approaches to Domain Analysis, from the point of view of Hjørland (2002), and on the declassifying proposal of García Gutiérrez (2011) as a possibility to identify the hues that represent the domain related to clothing. It is concluded that an intercultural and decolonial vision provides theories and procedures that cooperate with the analysis of the domain of clothing under a dynamic, flexible, critical and inclusive tonic.



Keywords: Clothing. Knowledge Organization. Domain Analysis. Decoloniality.

1 INTRODUÇÃO

Nos estudos representacionais concernentes ao domínio da moda, em particular, da indumentária¹, no Brasil, a Museologia se destaca por ser um objeto comumente encontrado nessas instituições de memória. Por meio do estudo da indumentária, podem-se compreender a cadeia de produção e as questões sociais envolvidas através da narrativa exposta pelos materiais que compõem as roupas, isto é, que expressa “quem as fabricou e em quais circunstâncias da mesma maneira que revela como cada civilização se orientou a partir da maneira como se relacionou com os objetos de seu tempo” (ARAÚJO; DIAS; ABREU, 2018, p. 116). Considerando essas possibilidades investigativas, Araújo, Dias e Abreu (2018) ressaltam que a indumentária nem sempre foi vista como fonte de estudo para áreas como as Ciências Sociais e, quando abordadas, costuma-se evidenciar o viés mercadológico e olvida-se seu valor informativo e documental, inclusive, sua dimensão artística:

Os estudos recentes do vestuário e da moda como fontes para os estudos históricos repercutem na ausência desses artefatos não somente nos arquivos, como também nos museus e na própria academia e velam seus sentidos complementares que permitem apreender acerca de questões sociais, econômicas, religiosas e políticas (ARAÚJO; DIAS; ABREU, 2018, p.105).

Nesse sentido, corroborando com os estudos que vêm se desvelando em novas proposituras teóricas, e em consonância com as colocações de Maria Clara Passos e Bárbara Pinheiro (2021, p. 119), quando asseveram que “a emergência dos marcos teórico-decoloniais na América Latina tem desencadeado um investimento epistemológico coletivo”, intentamos debater a respeito de pontos que norteiem as concepções sobre a representação de artefatos informacionais em uma perspectiva decolonial e intercultural. Esse interesse tem como base de entendimento o pensamento de Dirnele Garcez e de Rodrigo Sales (2021, p. 2) de que, “para que a pluralidade dos conhecimentos seja colocada em debate no âmbito da organização do conhecimento, é necessário adotarmos uma postura decolonial ou decolonizadora”. Sob essa orientação, apoiamo-nos na assertiva de Catherine Walsh (2006)

¹De acordo com o Thesaurus para Acervos Museológicos, a indumentária se encontra na categoria ‘objetos pessoais’. Na nota de escopo do referido Thesaurus, consta que as peças de indumentária são “objetos usados, como vestimentas ou calçados, por seres humanos e incluem coberturas de cabeça e máscaras que complementem trajes” (FERREZ; BIANCHINI, 1987, p. 77).



de que o pensamento decolonial assume opções fronteiriças e interculturais com o fim de garantir a pluralidade.

Nessa perspectiva, pensar a respeito da Organização e Representação da Informação e do Conhecimento (ORIC), sob o viés de teorias decoloniais e reflexões interculturais, possibilita novos debates a respeito dos estudos da área e amplia suas práticas metodológicas, tendo em vista que a interculturalidade “está ligada às geopolíticas do espaço e do lugar, às lutas históricas e atuais dos povos indígenas e negros e à construção de projetos sociais, culturais, políticos, éticos e epistêmicos orientados para a transformação social e para a descolonização” (WALSH, 2006, p. 21).

Com base nesse contexto, conjecturamos sobre os pressupostos teóricos que fundamentam a análise desses artefatos informacionais e partimos da seguinte questão de pesquisa: Quais as aproximações entre a OC e as vias epistêmicas alternativas, como a decolonialidade e o enfoque da interculturalidade, no âmbito da representação do domínio da indumentária?

Considerando que a interculturalidade e a decolonialidade são necessárias para repensar as práticas sociais, culturais e informacionais, este estudo é parte de uma investigação de doutorado em andamento que, *a priori*, não intenciona propor uma classificação para o domínio da indumentária, mas tem como objetivo a refletir sobre a OC e as propostas epistêmicas alternativas, como a decolonialidade e a interculturalidade, atinentes ao domínio em questão. Para tanto, em termos metodológicos, procedemos a uma investigação exploratória e bibliográfica, sob o amparo da abordagem de cunho qualitativo.

A propositura deste trabalho no campo da Ciência da Informação (CI) se justifica por tomar como base as discussões empreitadas por Natália Cardona (2020) referentes ao paradigma intercultural na CI, a proposta desclassificatória de García Gutiérrez (2012) e a Análise de Domínio de Hjørland (2002). Devido ao seu delineamento temático, alinha-se às discussões do GT 12, tendo em vista que a autora e os autores citados, adotados para a base teórica, jogam luz sobre os processos dicotômicos e reducionistas que formam a tradição de estudos da Organização e Representação da Informação e do Conhecimento, na CI, e alicerçam a discussão sobre as características históricas, sociais e culturais que as indumentárias carregam, numa perspectiva decolonial e intercultural, como uma possibilidades de se refletir sobre o domínio da indumentária.



2 TRAÇANDO OS FIOS CULTURAIS DA INDUMENTÁRIA

A moda se configura como um conjunto de significações no âmbito dos anseios dos sujeitos inseridos em seus grupos sociais, que gera um sistema próprio de comunicação que traduz determinada estrutura de relações econômicas, sociais e subjetivas por meio das roupas (RIBEIRO, 2002). Nesse sistema de comunicação, a roupa é a “materialidade da comunicação e [...] deve ser entendida em seu conteúdo estético, plástico e emocional, bem como histórico e cultural; mais palpável e perceptível pela sua materialidade do que propriamente moda” (RIBEIRO, 2002, p. 336). Merlo e Caracio (2012, p. 11) acrescentam que o vestuário se configura como uma máscara para o indivíduo, uma vez que as vestes eleitas “sofrerão uma interpretação tanto da pessoa que as está utilizando quanto daquela que percebe o vestuário do outro”. Nesse sentido, o vestuário pode ser compreendido como uma indumentária “pois esse é o termo empregado para se referir ao conjunto de artefatos utilizados pelo homem [pelas pessoas] para cobrir seu corpo” (MERLO; CARACIO, 2012, p. 11). Como um elemento informacional e comunicativo, a indumentária possibilita identificar o indivíduo em um recorte temporal e espacial, inserido em algum movimento da moda.

Miller (2013), a seu turno, explicita que, na perspectiva semiótica, o vestuário pode representar significações diversas, como diferenças de gênero, de classe, de nível educacional e de ocupação até traços mais sutis de personalidade. A roupa simplesmente comunica. Contudo, esse delineamento teórico gera limitações, já que entrevê as roupas como meras servas que têm a função de representar o indivíduo: “Em si mesmas, são criaturas sem valor, superficiais, de pouca consequência, simples trechos inanimados” (MILLER, 2013, p. 22). Assim, Miller (2013, p. 23) refuta a ideia de superficialidade da indumentária e defende que, antes de prover representações do sujeito, as roupas “fazem de nós o que pensamos ser”. Para o autor, as roupas, como nossos bens mais pessoais, configuram-se como intermediários entre a percepção de nossos corpos e a do mundo exterior (MILLER, 2013). Nem sempre a expressão individual do sujeito se revela por meio da roupa, uma vez que pode vestir o que é convencionalizado pelo grupo social do qual faz parte. São inúmeras experiências, vivências, emoções e sentimentos que podem advir da relação do sujeito com a indumentária e, ao longo do processo histórico, a vestimenta vem adquirindo sentidos próprios para além do indivíduo que a veste ou a performatiza. Apesar dos supostos efeitos de caráter homogeneizante do capitalismo global, Miller (2013) ratifica a presença de perspectivas culturais distintas e



defende que se deve ampliar a mirada ante a indumentária, observando a miríade de experiências e de expectativas que envolvem o sujeito (a si próprio e o outro) e as roupas.

Assim, tendo em vista essa pluralidade discursiva tecida nos fios dos vestuários, dirigimo-nos ao debate acerca da organização/representação desse universo. Além dos caracteres físicos da indumentária, é preciso situar esse objeto em um contexto cultural mais amplo e identificar e sistematizar a terminologia que permeia este domínio, visto que esse tipo documental é denso de “camadas culturais, e sua investigação em contextos educativos e culturais pode contribuir para o conhecimento, o ensino e a aprendizagem nas ciências humanas e nas artes” (ANDRADE; PAULA, 2009, p. 2). À vista disso, partimos para definir o campo atinente à Organização do Conhecimento (OC) que, conforme Brascher e Café, trata-se de um

[...] processo de modelagem do conhecimento que visa à construção de representações do conhecimento. Esse processo tem por base a análise do conceito e de suas características para o estabelecimento da posição que cada conceito ocupa num determinado domínio, bem como das suas relações com os demais conceitos que compõem esse sistema nocional. (BRASCHER; CAFÉ, 2008, p.8).

No âmbito da literatura em CI, Sales e Café (2009) asseveram que o termo ‘representação do conhecimento’ alude ao processo por meio do qual se torna presente o conteúdo dos objetos informacionais mediante descritores temáticos. Esse processo é a ‘representação da informação’:

[...] a representação do conhecimento é um processo mental (campos das idéias) responsável pela organização do conhecimento. Desta organização surgem os sistemas de representação do conhecimento *Knowledge Organization Systems* (KOS), também chamados de modelos de representação do conhecimento ou linguagens documentárias, que servem de ferramentas para a atividade de representação da informação. (SALES; CAFÉ, 2009, p.100-101).

A partir dessas ponderações, enfatizamos as vias epistêmicas alternativas no âmbito da CI para (re)pensar a teoria e a práxis representacional. Trazemos à baila, pois, a proposta de Cardona (2020), que, ao constatar a diversidade cultural e social latino-americana, revisita os paradigmas clássicos epistemológicos da CI delineados por Capurro (2003) - físico, cognitivo e social - e sugere novas análises sob um marco intercultural independente da perspectiva ocidental hegemônica (eurocêntrica ou anglo-saxônica), provendo visibilidade e reconhecimento das múltiplas vozes imbricadas nas malhas informacionais. Cardona (2020)



avigora o papel social (e intercultural) da CI e postula que, nesse campo científico, a descolonização do ser através do saber contribui para

[...] a emancipação intelectual e social dos sujeitos a partir do conhecimento e da apreensão de saberes. Assunto que consegue, a partir do trabalho com a informação local, a visibilidade e vivificação da palavra falada, a incorporação no ciclo de transferência da informação de sujeitos produtores de conhecimentos e de tesouros humanos vivos. Estes elementos dão lugar a decolonialidade do saber uma vez que incluem a promoção, apropriação e produção de conhecimentos não brancos, europeus, masculinos e ‘científicos’, discutindo o estatuto do conhecimento ‘científico’ e valorizando e incorporando às comunidades e sujeitos o legado intelectual de povos ancestrais e grupos populacionais subalternizados. (CARDONA, 2020, p.61-62, tradução nossa).

Cardona (2020) efetua o exame da CI sob o prisma da decolonialidade e nos impele a reler seus alicerces de modo a contemplar a produção dos conhecimentos locais devidamente contextualizados com a história e a memória latino-americanas. Esses movimentos de desconstrução e construção suscitam aproximações entre as teorizações e as práticas e robustecem a “intencionalidade de buscar um trabalho permanente de empoderamento no qual a informação esteja a serviço dos sujeitos e possibilite alternativas para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária” (CARDONA, 2020, p. 68, tradução nossa).

3 DISCUSSÃO E RESULTADOS

A Análise de Domínio pode ser compreendida, sob a ótica de González de Gómez (2013, p. 32), como um “conjunto de princípios metaepistemológicos e estratégias procedimentais, a partir da premissa do caráter social das atividades e práticas de informação”, que podem favorecer a construção de um conhecimento de natureza consistente e confiável. Hjørland (2002) reforça o imperativo de identificar, descrever, organizar e comunicar as fontes informacionais com o intento de atender às demandas/necessidades específicas (e diversas). Para nortear o estudo e a produção de conhecimentos acerca de um domínio, Hjørland (2002) arrolou onze abordagens principais² (passíveis de combinações variadas). Para os fins desta reflexão, selecionamos duas possibilidades essenciais para encetar esse debate acerca do

² Produção de guias de literatura e entradas de assunto (1); Produção de classificações especiais e tesouros (2); Pesquisa sobre indexação e recuperação em especialidades (3); Estudos empíricos de usuários (4); Estudos bibliométricos (5); Estudos históricos (6); Estudos sobre documentos e gêneros documentais (7); Estudos críticos e epistemológicos (8); Estudos terminológicos, linguagens de especialidade, bases de dados semânticos e análise do discurso (9); Estudos sobre as estruturas e instituições em comunicação científica (10); Análise de domínio em cognição profissional e inteligência artificial (11) (HJØRLAND, 2002).



domínio da indumentária: ‘Estudos sobre documentos e gêneros documentais’ e ‘Estudos críticos e epistemológicos’.

A abordagem relativa aos estudos de documentos e de gênero documentais remete à análise da estrutura do objeto informacional, suas nuances e seus usos e abarca igualmente as intencionalidades por trás de sua construção. O estudo dos contornos dos artefatos informacionais, consoante Hjørland (2002), pode envolver as teorias relacionadas ao construtivismo social, vislumbrando os objetos como constructos sociais cujos significados emergem dos discursos construídos socialmente. Esse olhar social significa que não há neutralidade em sua concepção. E ainda que existam estruturas definidas para a produção de certos documentos, essa padronização (e o documento) reflete uma posição epistemológica passível de averiguações e de questionamentos. Convém considerar que, para analisar o domínio que envolve o vestuário, é preciso, *a priori*, entender a própria estrutura desse artefato como um documento, quanto à sua configuração/padrão; suas funções, os usos possíveis; as intencionalidades que subjazem à sua produção; os fios históricos e sociais tecidos em suas malhas, entre outros aspectos envolvidos em questões interculturais.

Partindo da estrutura/tipologia/gênero do objeto informacional, dirigimo-nos à abordagem referente aos estudos críticos e epistemológicos, posto que “todos os tipos de pesquisa (de fato, todos os tipos de comportamento) são governados por diferentes tipos de suposições, conhecimentos, ‘teorias’ etc.” (HJØRLAND, 2002, p. 438, tradução nossa). Hjørland (2002) evidencia que os estudos epistemológicos incidem no exame explícito ou implícito das premissas que fundamentam as pesquisas. Aplicada ao contexto da Análise do Domínio, essa abordagem alude à organização do conhecimento de acordo com as premissas basilares sobre o conhecimento e a realidade, visto que esses estudos municiam “diretrizes para seleção, organização e recuperação da informação e fornecem o mais alto nível de generalidade sobre as necessidades informacionais e os critérios de relevância que podem ser obtidos” (HJØRLAND, 2002, p. 440, tradução nossa). Dentre os posicionamentos críticos epistêmicos, Hjørland (2002) destaca o contributo dos estudos feministas, o que nos remete a caminhos alternativos para perquirir um fenômeno científico, como a perspectiva da interculturalidade apontada por Cardona (2020). Rever as premissas que embasam os estudos na organização do conhecimento nos parece essencial, uma vez que “as tradições mais dominantes podem ser baseadas em suposições problemáticas” (HJØRLAND, 2002, p. 440,



tradução nossa). Essas premissas problemáticas podem ocasionar silenciamentos/invisibilidade de certas narrativas que congregam a teia complexa de significações que envolve o artefato informacional.

Mirando nessas suposições problemáticas, García Gutiérrez contesta as premissas tradicionais que fundamentam as teorias e a práxis da OC e propõe, assim como Cardona (2020), uma perspectiva alternativa, de caráter complementar e não substitutiva do pensamento dominante. García Gutiérrez (2011) assevera que regras explícitas e implícitas (que abarcam aspectos ideológicos, culturais, memorialísticos e identitários) dirigem o ato de classificar. Recordemos que Hjørland (2002) pontua que não há neutralidade na gênese documental, enquanto Gutiérrez (2011) reforça a presença de intencionalidades e subjetividades que permeiam o ato de categorizar/classificar. Considerando esse terreno difuso e complexo, Gutiérrez (2011) questiona a lógica racional (ocidental/hegemônica) que embasa o pensamento classificatório da realidade, sobretudo na contemporaneidade, caracterizada pela globalização, pela profusão das tecnologias digitais e pelo crescente processo de homogeneização cultural. Na visão do autor, a classificação pode ser apreendida como uma

[...] operação epistemológica e gnosiológica de primeira ordem que impregna a totalidade e nosso relacionamento com o mundo completamente. A mente percebe todos os tipos de objetos – materiais ou simbólicos – de acordo com categorias fornecidas por uma dada cultura – um paradigma científico [...] – de um modo que representações de tais objetos são apenas re-semantizações elaboradas em processos complexos de semiose que habitualmente transcendem a cultura (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2011, p.2).

A profusão e a intensificação do uso das tecnologias digitais impelem o aceleração desse processo de ressignificação, posto que a rede digital se propaga por múltiplos ambientes de que outras comunidades discursivas participam (ou não), que costuma impor uma lógica de mundo e, por conseguinte, várias classificações globais que refletem intrinsecamente uma suposta cultura hegemônica. Essa tônica classificatória se sustenta na tríade das reduções que refletem o pensamento colonial, quer dizer, as reduções metonímica, dicotômica e analógica. É justamente mirando numa OC ética e inclusiva que Gutiérrez (2011) problematiza esses binarismos/reduções e sugere uma nova posição desclassificatória que sorve do pensamento decolonial. O autor sugere uma abordagem crítica e pós-colonial como “lentes” para apreender a realidade e (des)estruturar sua (des)classificação. Mas o que significa



desclassificar a organização do conhecimento? Implica questionar nossa posição de enunciação quando olhamos para os objetos e os classificamos. Quais as nossas suposições, premissas e valores? As de que é preciso observar que não há neutralidade no ato classificatório e, a partir dessas elucubrações, reconhecer a multiplicidade de vozes e assegurar oportunidades igualitárias para a diversidade de conhecimentos, lógicas, visões, sentidos, entre outros.

A desclassificação basicamente envolve a introdução do pluralismo no núcleo lógico de classificação. É uma operação metacognitiva e não automática que, em cada ação do classificador, requer uma completa consciência de incompletude, vieses e subjetividade explícita. Com a tecnologia atual, é possível elaborar procedimentos e sistemas de classificação baseados em desclassificação. Mas tais técnicas e ferramentas também terão que passar por uma revolução epistemológica em todos os seus protocolos e estratos. (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2011, p.9).

Embora questione o modo essencialista de classificar (lógica unicista e reducionista), García Gutiérrez (2011) pondera que desclassificar não significa negar a classificação em seus moldes tradicionais. A desclassificação, na verdade, provê uma lógica plural e não essencialista, na qual não se restringem a dúvida, a contradição e as alternativas de maneira complementar, porquanto o sentido e as relações entre os termos dependem do contexto em questão. Nessa linha de raciocínio, percebe-se a quebra da linearidade classificatória e das hierarquizações engessadas. Da redução à pluralidade (de ser e saber), esse é o caminho empreendido por García Gutiérrez (2011, p. 12) para constituir a proposta da desclassificação.

Ante o exposto, quanto à revisitação da nossa proposta de discussão, revolvemos ao artefato informacional que suscitou nossas inquietações - a indumentária. Esse objeto têxtil se encontra no limiar entre o produto/artefato artístico e o documento e detém valor informativo que reflete as nuances políticas, sociais, econômicas, artísticas e culturais das sociedades (em suas diversidades), suscitando reflexões por meio de um marco analítico decolonial que amplia a compreensão intercultural nos estudos em ORIC. Concordamos com Cardona (2020) ao afirmar que

[...] la posibilidad de un paradigma intercultural posibilita más que reinventar, observar con un lente diferente al que se usa habitualmente, dando lugar a otros saberes, epistemes y discursos, los cuales permiten ampliar la mirada sobre la información, por ejemplo, en términos de producción y transferencia de saberes locales (CARDONA, 2020, p.66).



Abalizamos, por conseguinte, que a Análise de Domínio, que evidencia, entre suas abordagens, a importância de investigar as posturas epistêmicas no contexto de um domínio (HJØRLAND, 2002), e a proposta desclassificatória da OC como “um sistema aberto que instala o pluralismo lógico no núcleo do entendimento e processos de enunciação, através de ferramentas metacognitivas” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2011, p. 01) – sob os auspícios do enfoque intercultural – configuram-se como vias promissoras e essenciais para o estudo dos matizes que conformam o domínio da indumentária de modo ético, plural e inclusivo, guiado por uma proposta alternativa de pensamento que não visa substituir as tradições classificatórias, mas promover uma complementação epistemológica pautada na pluralidade e na diversidade que precisam estar imbuídas nos processos, nos produtos e nos instrumentos ORIC.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer de suas argumentações, Hjørland (2002), García Gutiérrez (2011) e Cardona (2020) asseveram que é necessário considerar a natureza social, cultural e histórica do fenômeno informacional, reforçando os liames interdisciplinares da CI, de modo a prover (re)leituras de seu arcabouço epistemológico. Para proceder a esse (re)posicionamento crítico, é necessário, entre outros aspectos, refletir sobre as necessidades e as competências informacionais (e representacionais) de grupos tradicionalmente marginalizados e contemplar a diversidade linguística e cultural das múltiplas comunidades discursivas.

Concordamos com os autores supracitados e acreditamos que um “olhar” intercultural e decolonial municia metodologias e procedimentos que cooperam com a análise do domínio da indumentária sob uma tônica dinâmica, flexível e crítica. Nesse contexto, são cada vez mais evidentes a complexidade do fenômeno informacional e da coexistência salutar entre diferentes modelos e teorias explicativas e a relação entre produções de conhecimento diversas, o que reforça a emergência de novos enfoques epistêmicos, que não impliquem, necessariamente, abandonar/esquecer as abordagens anteriores.



REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rita M. de; PAULA, T. C. T. Estudar e pesquisar roupas e tecidos no Brasil. In: **II Seminário Nacional de Pesquisa em Cultura Visual**, 2009, Goiânia. II Seminário Nacional de Pesquisa em Cultura Visual, 2009.

ARAÚJO, F. C. M.; DIAS, F. C.; ABREU, J. P. L. Nas tramas do tecido: perspectivas de tratamento para arquivos de moda a partir da experiência com a marca Osklen. **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas (Portugal)**, n. 10, p. 104-119, 2018.

BRASCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da informação ou organização do conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9, 2008, São Paulo, **Anais...** São Paulo, USP, 2008.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ENANCIB, 2003. p. 1-21.

CARDONA, Natalia Duque. Ciencia de la Información para qué y para quem? Aproximación a los paradigmas de la Ciencia e de la Información em el contexto universitario. In: **Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação: Contribuições da Colômbia e do Brasil**. CARDONA, Natalia Duque; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2020. p. 25-44.

GARCEZ, Dinerle Carneiro; SALES, Rodrigo. Decolonizando a organização do conhecimento. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 14, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/195017>. Acesso em: 20 ago. 2022.

FERREZ, Helena Dood; BIANCHINI, Maria Helena S. **Thesaurus para acervos museológicos**. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória. Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos, 1987.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. Desclassification in Knowledge Organization: a postepistemological essay. **Transinformação**, Campinas, 23(1): 5-14, jan./abr., 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/116250>.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. O domínio das informações em Saúde. In: PINTO, Virgínia Bentes; CAMPOS, Henry de Holanda (Orgs.). **Diálogos paradigmáticos sobre informação para a área de Saúde**. Fortaleza: Edições UFC, 2013. p. 29-64.

HJØRLAND, Birger. Domain analysis in information science: eleven approaches - traditional as well as innovative. **Journal of Documentation** - J DOC. 58. p. 422-462, 2002.

MERLO, Márcia; CARACIO, Karen. Moda e indumentária aplicada ao estudo da museologia. **ModaPalavra e-periódico**, n. 10, p. 6-17, jun./dec. 2012.



MILLER, DANIEL. Por que a indumentária não é algo superficial. In: MILLER, DANIEL. **Treco, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 21-65.

PASSOS, Maria Clara de Araújo; PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. Do epistemicídio à insurgência: o currículo decolonial da Escola Afro-Brasileira Maria Felipa (2018-2020). **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 7, n.1, p. 118–135, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/cgd.v7i1.43442>. Acesso em: 20 ago. 2022.

RIBEIRO, Heloísa. Moda e museu: uma relação longe do lugar e fora do tempo? In: MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Anais do Museu Histórico Nacional**. v. 34. 2002.

SALES, Rodrigo de; CAFÉ, Lígia. Diferenças entre tesouros e ontologias. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n.1, p. 99-116, jan./abr. 2009.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento 'otro' desde la diferencia colonial. In: WALSH, C.; LINERA, A. G.; MIGNOLO, W. **Interculturalidad, descolonización del estado y del conocimiento**. Buenos Aires: Del Signo, 2006. p. 21-70.